



# Anais da Assembléia

N.º 73

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 12 DE AGOSTO DE 1985

ANO XI

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 63.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 12 DE AGOSTO DE 1985.

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Erondy Silvério.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Ailton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura das atas das sessões anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Estão em votação as atas que acabam de ser lidas. Aprovadas.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela Ordem) - Solicito verificação de votação da ata.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - A Mesa defere, Senhor Líder, e procederá a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação)

7 Senhores Deputados aprovam; nenhum Senhor Deputado rejeita.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 13, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA

EM VOTAÇÃO

- 1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 11, 38, 44, 51 e 72/85.
- 1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 64, 66, 71, 76, 77, 90 e 92/85.
- 3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 49/85.
- 2.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 203, 284 e 304/84 e 02 e 10/85.

Levanta-se a Sessão.

TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO  
TÉCNICA  
SENADO FEDERAL - ASSEMBLÉIA  
LEGISLATIVA E CELEPAR

TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO  
TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O  
SENADO FEDERAL, A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ E A  
COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO PARANÁ - CELEPAR, PARA A  
IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE  
BANCO DE DADOS DE INTERESSE DA  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO  
DO PARANÁ.

Entre o Senado Federal, através do seu Centro de Informática e Processamento de Dados, a seguir denominado PRODASEN, sediados em Brasília - DF, neste ato representados pelo Presidente do Senado, Excelentíssimo Senhor Senador JOSÉ FRAGELLI, pelo Primeiro Secretário, Excelentíssimo Senhor Senador ENEAS FARIA e pelo Diretor Executivo do PRODASEN, Ilustríssimo Senhor Doutor WALDWIN BUENO NETTO, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a seguir denominada ASSEMBLÉIA, sediada em Curitiba - PR, neste ato representada por seu Presidente, Excelentíssimo Senhor Deputado NILSO ROMEU SGUAREZI, e pelo 1.º Secretário, Excelentíssimo Senhor Deputado ANIBAL KHURY, e a Companhia de Processamento de Dados do Paraná, a seguir denominada CELEPAR, sediada em Curitiba-PR, neste ato representada por seus Diretores Doutor WALDEMAR ALLEGRETTI, Diretor Presidente, e Doutor AFONSO CELSO KOEHLER DE CAMARGO, Diretor Técnico, fica acertado este Convênio de Cooperação Técnica, mediante as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA  
DO OBJETO

1.01 - O presente Convênio tem por objetivo:

I - O acesso, pela Assembléia, aos Bancos de Dados que constituam os sistemas de informação desenvolvidos ou operados pelo PRODASEN, mediante utilização de recursos computacionais da CELEPAR, conectados aos do PRODASEN através da linha de comunicação de dados.

II - O acesso, pelo PRODASEN, aos bancos de dados que constituam os sistemas de informação da Assembléia, desenvolvidos ou operados pela CELEPAR, mediante a utilização dos recursos computacionais do PRODASEN, conectados ao sistema CELEPAR em Curitiba.

III - Possibilitar à CELEPAR a implantação de bancos de dados, com informações a nível estadual, a partir de sistemas aplicativos - que vierem a ser cedidos pelo PRODASEN à Assembléia.

IV - O intercâmbio, a permuta, a cessão para uso de técnicas, conhecimentos e programas de aplicação entre as partes ora conveniadas, na forma de ajustes específicos.

V - A análise, projeto, desenvolvimento e implantação de sistemas de informação de interesse da Assembléia, na forma de ajustes específicos.

VI - A disseminação das informações contidas em cada um dos Bancos de Dados especificados no número 1.02 desta mesma Cláusula.

1.02 - Os Bancos de Dados objeto deste Convênio, sem exclusão de outros que venham a ser implantados pelas partes convenientes, são os seguintes:

I - DO PRODASEN

- a) Thesaurus (THES);
- b) Legislação Federal, incluída a do Distrito Federal (NJUR);
- c) Jurisprudência dos Tribunais Superiores (JURI);
- d) Materias Legislativas em tramitação no Senado Federal e na Câmara dos Deputados (MATE e seus respectivos desdobramentos);
- e) Periódicos catalogados no Banco (PERI);
- f) Livros e obras catalogadas no Banco (BIBR);
- g) Discursos dos parlamentares (DISC);
- h) Cadastro da Administração Federal-origem SEMOR (MEMO);
- i) Biografias dos Senadores (BSEN);
- j) eleições (SE-78, SE-82).

II - DA ASSEMBLÉIA

- a) Normas Jurídicas;
- b) Jurisprudência;
- c) Matérias em tramitação;
- d) Discursos parlamentares.

1.03 - A Assembléia indicará, de acordo com suas conveniências e prioridades, os Bancos de Dados e sistemas de informação a serem objeto de análise, desenvolvimento ou implantação, entre os quais se incluem os mencionados no item II do número 1.02.

1.04 - Os bancos de Dados a que se refere o número 1.02 estarão disponíveis para consultas todos os dias, no período de 09 às 19 horas excetuados os sábados, domingos e feriados. Tal horário poderá ser alterado mediante prévio entendimento entre as partes ou na forma que for especificada nos procedimentos operacionais dos sistemas a serem desenvolvidos.

1.05 - O acesso, pela Assembléia, a outros Bancos de Dados, além dos especificados no item I do número 1.02, dependerá de prévia autorização do PRODASEN e de acordo entre as partes convenientes, formalizado mediante troca de correspondência.

1.06 - À exceção do Senado e da Câmara Federal, o acesso, por qualquer interessado aos Bancos de Dados a que se refere ao item II do número 1.02 da Cláusula Primeira, dependerá de prévia autorização da Assembléia.

1.07 - O atendimento de solicitações de empresas ou instituições sediadas no Paraná e que desejam ter acesso aos Bancos de Dados do PRODASEN, será restrito aos Órgãos da Administração Direta e Indireta, assim como em Órgãos criados por Lei Federal, com finalidade de fiscalização e defesa da classe profissional que representam, sediados no Paraná, dando-se preferência àqueles que firmarem convênio com a ASSEMBLÉIA e CELEPAR, respeitados as limitações definidas neste convênio.

1.08 - Caberá a Assembléia decidir sobre a compra ou aluguel dos equipamentos necessários à implantação, desenvolvimento e utilização dos seus Bancos de Dados, respeitada sua compatibilidade com os equipamentos utilizados pela CELEPAR.

1.09 - Os Bancos de Dados constituídos pela Assembléia serão sediados na CELEPAR.

1.10 - O acesso, por qualquer interessado nos Bancos de Dados a que se refere o item I do número 1.02 desta Cláusula, dependerá de prévia autorização do PRODASEN, excetuados os casos da Assembléia e da CELEPAR.

1.11 - O número máximo de terminais lógicos no Estado do Paraná, ligados ao PRODASEN mediante condições estabelecidos no presente Convênio, não poderá exceder o total de 05 (cinco).

1.12 - A fixação no número de terminais

lógicos até o limite de 05 (cinco) deverá ser formalizada pela Assembléia mediante correspondência ao PRODASEN.

1.13 - O aumento de terminais lógicos acima do número limite de 05 (cinco) dependerá de prévia autorização do PRODASEN e de acordo entre as partes.

1.14 - Caberá à CELEPAR limitar a quantidade de sessões simultâneas ao número fixado de terminais lógicos.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

##### DAS OBRIGAÇÕES

2.01 - O cumprimento dos objetivos do presente Convênio, fixados na Cláusula primeira, far-se-á mediante a elaboração conjunta, pelas três partes, de termos aditivos e projetos específicos a estes vinculados.

I - Os termos aditivos e projetos especificarão as responsabilidades das partes, em especial quanto a recursos humanos, materiais e financeiros, diretrizes a serem seguidas, prazos e demais condições.

II - As partes, quando julgarem convenientes ou necessário, indicarão representantes seus para participarem dos trabalhos de que trata esta Cláusula.

III - A Assembléia e a CELEPAR deverão submeter-se às normas e exigências técnicas definidas pelo PRODASEN, de forma a manter, nos bancos de dados e sistemas de informações que vierem a desenvolver, a mesma uniformidade dos Bancos de Dados relacionaods no item I do número 1.02 da Cláusula Primeira.

2.02 - Especificamente, o PRODASEN obriga-se a:

I - Proporcionar, na forma do presente Convênio, as facilidades necessárias para o acesso aos Bancos de Dados e sistemas de informações previstos neste instrumento.

II - Fornecer orientação ao pessoal da Assembléia e da CELEPAR, de acordo com ajustes a serem firmados, com o objetivo de permitir a implantação dos Bancos de Dados com informação a nível estadual.

III - Fornecer cópia dos sistemas aplicativos disponíveis e respectiva documentação a serem empregados no desenvolvimento dos Bancos de Dados com informações a nível estadual.

2.03 - A Assembléia, por seu lado, obriga-se a:

I - Indicar para treinamento, pessoal de nível universitário que atenda às

exigências estabelecidas pelo PRODASEN e outros Órgãos do Senado Federal, responsabilizando-se pelos casos que vierem a ocorrer, por deficiência do pessoal designado, quando da utilização do Sistema.

II - Possibilitar à CELEPAR a participar da implantação dos Bancos de Dados com informações a nível estadual, a partir dos sistemas aplicativos cedidos pelo PRODASEN ou desenvolvidos pela CELEPAR.

III - Prover a infra-estrutura material necessária à implantação dos Bancos de Dados e à disseminação das informações objeto deste Convênio, de acordo com ajustes específicos a serem firmados.

2.04 - A CELEPAR, por seu lado, obriga-se a:

I - Manter em regime de plena disponibilidade os Bancos de Dados a que se refere o número 1.02 da Cláusula Primeira, de maneira a permitir acesso imediato às informações, tanto de parte do PRODASEN quanto de parte da Assembléia.

II - Providenciar a ligação dos computadores da CELEPAR aos terminais da Assembléia e dos computadores do PRODASEN aos computadores da CELEPAR, respectivamente e simultaneamente assumindo todas as responsabilidades financeiras envolvidas.

III - Providenciar a instalação dos equipamentos na Assembléia, quando por esta solicitada, e responsabilizar-se por sua manutenção.

IV - Envidar esforços e prover os recursos necessários à disseminação, no Paraná, das informações disponíveis pelos sistemas mencionados nos itens I e II do número 1.02, obedecidos os critérios e procedimentos definidos em aditivo próprio.

V - Fornecer, por solicitação da Assembléia, cópias dos sistemas, programas e informações de propriedade daquela, ao custo da reprodução.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

##### DA PROPRIEDADE DO SISTEMA

3.01 - Fica assegurada à Assembléia a propriedade exclusiva dos sistemas e sub-sistemas implantados sob sua responsabilidade, bem como dos registros dele resultantes, vedando-se à CELEPAR copiá-los ou permitir a terceiros que os copie, a qualquer pretexto, sem autorização escrita da proprietária.

3.02 - Fica assegurado ao PRODASEM a propriedade exclusiva dos sistema e Sub-Sistemas implantados sob sua responsabilidade, bem como dos registros dele resultantes, vedando-se à CELEPAR e a Assembléia copiá-los ou permitir a terceiros que os copie, a qualquer pretexto, sem autorização escrita do proprietário.

3.03 - Na hipótese de rescisão deste Convênio, de renúncia ou incapacidade, parcial ou total, da CELEPAR em relação ao desenvolvimento ou operação dos sistemas e sub-sistemas mencionados anteriormente, obriga-se a CELEPAR a restituir à Assembléia, integralmente e sem ônus para essa, todos os registros existentes até aquele momento, sem prejuízo do disposto no número 4.03.

3.04 - As normas e critérios de segurança a cada Banco de Dados a ser desenvolvido ou implantado pela CELEPAR, serão estabelecidos de comum acordo entre as partes.

#### CLÁUSULA QUARTA DOS VALORES

4.01 - Caberá à Assembléia o pagamento dos serviços de geração e manutenção dos sistemas a serem desenvolvidos pela CELEPAR.

4.02 - A cessão dos sistemas a ser feita pelo PRODASEN, se dará sem ônus para a CELEPAR e Assembléia, cabendo a essa apenas o pagamento do serviço de adaptação técnica a ser realizado pela CELEPAR.

4.03 - Caberá a cada um dos usuários dos Bancos de Dados, o pagamento à CELEPAR pelo acesso a esses, assim como o valor da locação dos equipamentos, caso esses sejam de propriedade da CELEPAR.

4.04 - A disseminação das informações contidas nos diversos Bancos de Dados será realizada pela CELEPAR, cabendo a esta uma participação percentual sobre os valores a lhe serem pagos pelos usuários.

4.05 - Todos os serviços a serem prestados pela CELEPAR serão objeto de contratos específicos a serem firmados e que aditarão este Convênio.

4.06 - Todos os demais valores envolvidos neste Convênio, aqui não explicitados e que venham a ocorrer, serão objeto de definição por ocasião de assinatura dos contratos de prestação de serviços para o desenvolvimento e/ou adaptação de cada um dos Bancos de Dados expressos na Cláusula Primeira, a serem firmados com a CELEPAR.

4.07 - O Senado Federal e a Câmara dos Deputados ficarão isentos de qualquer pagamento relativamente ao acesso aos Bancos de Dados mencionados no item II do número

1.02 da Cláusula Primeira, bem como a Assembléia e a CELEPAR ficarão isentas de qualquer pagamento relativamente ao acesso aos Bancos de Dados mencionados no item I do número 1.02 da referida Cláusula Primeira.

4.08 - A dispensa da Assembléia e da CELEPAR do pagamento referido no número anterior será de um terminal lógico para as diversas faixas existentes e somente se

fará quando a metade dos Bancos de Dados mencionados no item II do número 1.02 da Cláusula Primeira estiver implantado e puderem ser acessados pelo Senado Federal e Câmara dos Deputados.

4.09 - O PRODASEN, pelo acesso aos seus Bancos de Dados mencionados no número 1.02 da Cláusula Primeira cobrará da CELEPAR, mensalmente:

I - A importância de Cr\$ 835.576,00 (oitocentos e trinta e cinco mil, quinhentos e setenta e seis cruzeiros), correspondentes à Taxa de Compartilhamento de Custos Operacionais Diretos, de que trata o Anexo I do Ato n.05, de 13 de dezembro de 1977, do Presidente do Conselho de Supervisão do PRODASEN, por terminal lógico e por faixa horária;

II - Os valores constantes dos Anexos do Ato n. 05/77, acima mencionado, para quaisquer serviços não relacionados no item I acima.

4.10 - O pagamento da importância a que se refere o item I do Número 4.09 da presente Cláusula será feito pela CELEPAR, mediante Notas de Cobranças emitidas mensalmente pelo PRODASEN, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de sua apresentação.

4.11 - Dos valores pagos pelo usuário à CELEPAR, em face da utilização dos Bancos de Dados, caberá uma participação percentual a Assembléia.

4.12 - As importâncias referidas nos itens I e II do número 4.09 da presente Cláusula serão reajustados periodicamente, de acordo com a Lei n. 6.423, de 17.06.77, e nos termos do que estabelece o Ato n. 05, de 13 de dezembro de 1977, do Presidente do Conselho de Supervisão do PRODASEN.

4.13 - Os valores constantes do número 4.09 desta Cláusula foram calculados tomando-se por base os valores da ORTN e de custos do mês de novembro de 1984, que servirão de base para os cálculos futuros.

## CLÁUSULA QUINTA

## DO PRAZO DA PRORROGAÇÃO E DA RESCISÃO

5.01 - O presente Convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná, às expensas da Assembléia e terá duração até 31 de dezembro de 1985.

5.02 - Se até 30 (trinta dias antes do término do prazo de vigência estabelecido no item anterior, nenhuma das partes manifestar-se em contrário, ficará o presente Convênio automaticamente revogado por um ano, e assim sucessivamente, desde que não ultrapasse o prazo previsto no artigo 777 do RGCP (Regulamento Geral de Contabilidade Pública), aprovado pelo Decreto n. 15.783 de 08 de novembro de 1922.

5.03 - As partes convenientes poderão rescindir este Convênio a qualquer tempo, mediante aviso prévio de 180 (cento e oitenta) dias, sem prejuízo do pagamento, a qualquer das partes, das despesas já realizadas e porventura não saldadas.

5.04 - No início da vigência, e a cada renovação deste Convênio, as partes deverão comunicar as estimativas das despesas totais com sua execução no respectivo exercício.

CLÁUSULA SEXTA  
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

6.01 - A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o PRODASEN - Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal, e a CELEPAR - Companhia de Processamento de Dados do Paraná, são órgãos executores deste Convênio.

6.02 - Durante a vigência deste Convênio, fica automaticamente suspenso o Convênio firmado em 19.06.80 entre o PRODASEN e a CELEPAR com a interveniência da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, da Secretaria de Estado da Justiça do Paraná e do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC.

6.03 - Para assegurar a continuidade técnica do seu processo de automação, a Assembléia poderá criar uma Comissão Permanente de Informatização, integrada por funcionários efetivos de nível superior, para um mandato de, no mínimo, 02 (dois) anos.

6.04 - O caráter sistemático da política de informática da Assembléia será assegurada pela Comissão Permanente de Informatização, cuja constituição é de responsabilidade da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

CLÁUSULA SÉTIMA  
DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Convênio, será competente o Foro da Comarca em que o serviço técnico ou método gerador estiver sendo feito ou for utilizado.

E assim justos e convenientes, para firmeza e validade do que ficou estabelecido em todas as Cláusulas, foi lavrado o presente termo em 05 (cinco) vias, datilografadas, de igual teor e forma, para um único efeito legal, que lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo

Brasília, 25 de junho de 1985.

Pelo Senado

(aa) Senador José Fragelli  
Presidente

Senador Enéas Faria  
1.º Secretário

Pela ASSEMBLÉIA

Dep. Nilso Romeu Sguarezi  
Presidente  
Dep. Anibal Khury  
1.º Secretário

Pelo PRODASEN

Waldwin Bueno Netto  
Diretor Executivo

Pela CELEPAR

Waldemar Allegretti  
Diretor Presidente  
Afonso Celso Koehler de Camargo  
Diretor Técnico

TESTEMUNHAS:

(ilegíveis)